

Site Cidades Solares – 18/04/2009

Sol e água quente

Fonte: Estado de São Paulo

Celso Ming

Se tudo ocorrer como foi anunciado quarta-feira, tomar banho e lavar louça com água quente não vai mais puxar para cima a conta de luz.

Não vai puxar pelo menos para os moradores do 1 milhão de casas a serem construídas nos próximos anos sob as novas regras habitacionais patrocinadas pelo governo federal.

Entre os compromissos com viés ambientalista que o ministro Carlos Minc conseguiu arrancar do governo em troca de agilização da concessão de licenciamento ambiental para o programa, está o de que as habitações ali previstas serão dotadas de sistema de aquecimento solar.

Esse sistema acionado com energia solar não irá gerar energia elétrica, conhecido como sistema fotovoltaico, ainda pouco utilizado pelo seu alto custo. Por aqui, servirá quase somente para aquecer a água da casa.

A decisão poderá virar o jogo até agora perdedor do setor, que é prisioneiro de um problema estrutural: não consegue decolar porque seus produtos são caros demais e são caros demais porque não têm escala de produção.

As estatísticas da Associação Brasileira de Refrigeração, Ar-Condicionado, Ventilação e Aquecimento (Abrava) mostram que só 1,7% das residências brasileiras (cerca de 840 mil) possui esse sistema. Em Israel esse número ultrapassa os 90%.

Carlos Faria, diretor do Departamento de Energia Solar da Abrava, refez seus cálculos e concluiu que a construção de 1 milhão de casas dotadas com o sistema aumentará em 2 milhões de metros quadrados (m²) a área instalada de placas de aquecimento (atualmente são 4,3 milhões de m² no Brasil, e no mundo, cerca de 250 milhões de m²): "Isso aponta para uma economia de energia elétrica de até R\$ 4 bilhões para o País, considerando o custo da construção de uma usina hidrelétrica para suprir essa demanda."

Um sistema simples de aquecimento solar para a casa de uma família de quatro pessoas inclui placas de aquecimento de 2 m², reservatório térmico para 200 litros e tubulações. Isso equivale a cerca de 3% a 4% do custo da construção. Faria explica que em três anos e meio o investimento é recuperado apenas com economia de energia elétrica. A conta é simples: o custo médio do equipamento é de R\$ 1,5 mil, já incluído o custo de instalação. A economia mensal na conta de luz é algo em torno de R\$ 35, o que dá R\$ 420 por ano. A durabilidade média do equipamento é de 20 anos.

O maior mercado potencial criado com o novo programa habitacional deverá baixar os custos. "Estimamos uma redução de 20% a 30% no custo do equipamento com a demanda a partir de 500 mil casas", calcula Faria.

Para atender à nova demanda, os 200 fornecedores existentes no Brasil deverão investir cerca de R\$ 60 milhões para duplicar a atual capacidade de produção, de 2 milhões de m². Hoje a indústria trabalha com uma capacidade ociosa de cerca de 60%.

Para o **presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales**, a iniciativa do governo federal pega carona no aumento da conscientização sobre a necessidade de poupar energia elétrica. "Até 1993, com a tarifa unificada, o brasileiro não tinha noção de consumo consciente. Após a liberação da tarifa e, mais recentemente, com o racionamento ocorrido em 2001, o brasileiro mostra mais interesse", diz.

http://cidadessolares.org.br/conteudo_view.php?id=429